



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

FACULDADE DE CEILÂNDIA - FCE

CURSO DE GRADUAÇÃO DE TERAPIA OCUPACIONAL

**ATUAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL NO SISTEMA PRISIONAL: REVISÃO
DE ESCOPO**

Brenda Raianny Santos Bezerra

Orientador: Prof. Dr. Magno Nunes Farias

BRASÍLIA - DF

2023

BRENDA RAIANNY SANTOS BEZERRA

**ATUAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL NO SISTEMA PRISIONAL: REVISÃO
DE ESCOPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília - UnB - Faculdade de
Ceilândia como requisito parcial para obtenção
do título de bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientador: Prof. Dr. Magno Nunes Farias

BRASÍLIA - DF

2023

BRENDA RAIANNY SANTOS BEZERRA

**ATUAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL NO SISTEMA PRISIONAL: REVISÃO
DE ESCOPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília - UnB - Faculdade de
Ceilândia como requisito parcial para obtenção
do título de bacharel em Terapia Ocupacional.

Brasília – DF, 11 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Magno Nunes Farias
Universidade de Brasília - UnB

Prof. Dra. Sarah Raquel Almeida Lins
Universidade de Brasília - UnB

RESUMO

O sistema penitenciário surgiu como uma forma de corrigir aqueles que não se encaixavam no meio social, e ao longo do tempo passou por diversas mudanças, entretanto ainda nos dias de hoje há um estigma social que limita trazer debates e estratégias para melhorar este contexto, tanto para quem cumpre pena tanto para quem trabalha nos presídios. Esta revisão de escopo teve o objetivo de mapear os estudos sobre a Terapia Ocupacional e Contexto Prisional, nas revistas de Terapia Ocupacional, sendo a Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, e na base de dados *Scielo*. Após a exclusão dos artigos, foram reunidos apenas 3 estudos dentro dos critérios da pesquisa, podemos levar em consideração que a insuficiência de arcabouço teórico possa ter notável influência social, mesmo diante dessa situação foi possível analisar as potencialidades e dificuldades de atuar no sistema prisional.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional. Sistema Prisional. Reinserção Social.

ABSTRACT

The penitentiary system emerged as a way to correct those who did not fit into the social environment, and over time they have undergone several changes, however even today there is a social stigma that limits bringing debates and strategies to improve this context, both for those who serve time and for those who work in prisons. This scope review aimed to map studies on Occupational Therapy and Prison Context, in Occupational Therapy journals, namely *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, and in the Scielo database. After excluding the articles, only 3 studies were gathered within the research criteria, we can take into account that the presence of a theoretical framework can have a remarkable social influence, even in the face of this situation it was possible to analyze the potentialities and difficulties of acting in the prison system.

Keywords: Occupational Therapy. Prison System. Social Reinsertion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
JUSTIFICATIVA	9
PERGUNTA DA PESQUISA	10
OBJETIVOS	11
OBJETIVO GERAL	11
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
MÉTODO	12
RESULTADOS	13
DISCUSSÃO	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS	22

INTRODUÇÃO

A estrutura penitenciária surgiu na Idade Média, na transição do século XVIII para o século XIX, como punição àqueles pertencentes à igreja que não estavam cumprindo suas funções, era uma forma de isolar em uma cela para reflexão e aproximação de Deus. No decorrer da história, a prisão tinha a responsabilidade de conter as civilizações, sendo um lugar de tortura e de custódia, como acontecia no Egito, Grécia e Babilônia (MACHADO; SOUZA; SOUZA, 2013).

A partir do século XIX surgiram no Brasil as prisões com celas individuais e oficinas de trabalho, porém antes da existência de um Código Penal, o nosso país era submetido às Ordenações Filipinas, que tinha o dever de determinar as penas para os crimes, como deporto para outros locais, penas de mortes, humilhação pública e entre outros. No Brasil, a Casa de Correção da Corte teve seu pedido de construção em 1794 através da Carta Régia e foi inaugurado apenas em 1850, mas antes disso já havia algumas reclamações com a precariedade do sistema penitenciário, a Lei Imperial tomou a atitude de determinar que comissões visitassem as prisões e celas para articular melhorias. Em 1830 houve a instituição do primeiro Código Criminal, tendo duas penas: a prisão simples e a prisão com trabalho (GMF, s.d).

Apenas com o Código Penal de 1890 possibilitou novos modos de prisão, retirando as penas perpétuas ou coletivas, propondo a prisão disciplinar, a prisão com trabalho obrigatório e entre outros. O sistema adotado no Brasil chega a ter algumas semelhanças com o sistema Progressivo, adotado na Inglaterra no século XIX, pois considera o comportamento e aproveitamento do preso, onde precisa ter uma boa conduta, tem a possibilidade de trabalhar a partir de determinado momento, passa por um período em estágios e até chegar em liberdade condicional (MACHADO; SOUZA; SOUZA, 2013).

No início do século XX, com a população privada de liberdade houve a necessidade de separar as pessoas para haver um maior controle da população encarcerada, as categorias existentes eram dispostas de acordo o público preso, houve a distribuição de contraventores, menores de idade, processados, loucos e mulheres (MAURÍCIO, 2011).

Mesmo com a organização populacional no século passado, infelizmente, a conjuntura atual do contexto prisional evidencia uma realidade extremamente precária, muito difícil de lidar e com pouca possibilidade de saída do mundo da criminalidade, segundo Foucault as prisões são pautadas em disciplina, sendo uma construção das relações baseadas em poder e tortura (MAGALHÃES *et al*, 2021). Foucault também pontua que esse papel do controle social

tem que acontecer também além de intramuros, trazendo em evidência um grande desafio de acessar esta população a partir desse momento (MAURÍCIO, 2011).

Para atuar neste contexto auxiliando no processo de reeducação intramuros e futuramente na reinserção social, há disponível a Resolução nº 406 do COFFITO (2014), que define a especialidade de atuação do Terapeuta Ocupacional no Contexto Social, no qual tem o respaldo legal no artigo 3º que diz sobre o domínio das grandes áreas de competência nesse contexto:

XV – Planejar, orientar e realizar os atendimentos de pessoas no ambiente prisional e seus familiares; elaborar programas, projetos e ações individuais, grupais, familiares e coletivos com a finalidade de promover a reabilitação e reinserção social, afetiva e econômica; (COFFITO, 2014, s/p)

E no artigo XXIV, também acrescenta ao papel do Terapeuta Ocupacional:

Avaliar, acompanhar, classificar, gerenciar programas sócio-ocupacionais, culturais, de inserção social e da vida econômica, de educação, de recuperação psicossocial e de promoção de direitos de pessoas submetidas ao sistema prisional (COFFITO, 2014, s/p).

A Terapia Ocupacional (TO) tem como objeto de estudos o cotidiano, a atividade e ocupação humana e consegue proporcionar melhorias na rotina e conseqüentemente no desempenho e participação social de cada indivíduo por meio disso. O indivíduo que está presente no sistema penitenciário obteve sua rotina interrompida por consequência do cometimento de um crime, a intervenção terapêutica ocupacional entra nesse contexto para avaliar o histórico social e ocupacional, como é o sistema laboral na prisão, avaliação física, mental e social, cabendo ao Terapeuta Ocupacional determinar suas capacidades e potencialidades para o trabalho, voltando sempre aos objetivos de integração e reinserção social, o papel da TO é contribuir para que esse sujeito tenha outras perspectivas de vida, a partir de seus desejos e das possibilidades (RODRIGUES, s.d).

Este trabalho tem o objetivo de mapear os estudos referentes à atuação da Terapia Ocupacional no Sistema Prisional com base nas revistas de Terapia Ocupacional e na base de dados *Scielo*, e, assim, discorrer como funciona essa prática no contexto com pessoas privadas de liberdade, identificando as contribuições da TO e conhecendo as possíveis dificuldades de atuação nesta conjuntura.

JUSTIFICATIVA

O interesse pela temática surgiu através da realização de um trabalho da disciplina de Terapia Ocupacional na Atenção Básica: Recursos Terapêuticos, no qual nos foi apresentado o tema sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), então houve o contato com uma terapeuta ocupacional que trabalhava nessa área e o interesse se expandiu devido à falta de profissionais da TO para atuarem neste contexto e de como é pouco discutido a temática ainda na graduação referente ao Contexto Prisional.

O sistema penitenciário no Brasil é caótico, afeta os direitos e garantias fundamentais para o ser humano, e pela sua logística de funcionamento, de ter uma rotina maçante no presídio, tanto para quem trabalha e para quem está encarcerado, há limitação no acesso em saúde, às questões de insalubridade, a superlotação, os maus tratos, e entre outros fatores que se somatizam e não geram uma nova perspectiva de vida além da criminalidade (CANEDO, 2022).

Existe uma falta investimento tanto na esfera social para evitar o cometimento de crimes, quanto durante a vivência da população em situação de privação de liberdade, a fim de que consiga obter a reeducação e reinserção social da pessoa presa. É nítido que há a necessidade de reformar e repensar no sistema prisional, a fim de garantir uma intervenção efetiva no contexto da pessoa privada de liberdade para que evite a reincidência criminal, gerando uma melhora social, tanto para a pessoa que passou pelo sistema, quanto para a sociedade, proporcionando maior segurança.

A TO atua intervindo com a ocupação e atividade humana, então ter a rotina interrompida prejudica o indivíduo, ainda mais por estar sendo privado da sua liberdade e direitos, passar por esse processo é essencial um acompanhamento com profissionais de saúde. A TO possui uma visão holística do sujeito, é por isso que na nossa atuação, entender o contexto social em que o indivíduo está inserido é essencial para o desenvolvimento da prática terapêutica ocupacional, pois se há uma intervenção inicialmente elaborada por uma equipe de profissionais gera maior eficácia na abordagem de trabalhar os fatores que prejudicam o contexto do indivíduo, sua perspectiva de vida, sua relação familiar, e a aderência de uma ocupação dentro da legalidade a fim de garantir reinserção social. Na minha visão a TO é uma área que pode contribuir bastante com o contexto social, situações de vulnerabilidade, diminuição das taxas de criminalidade e entre outros.

PERGUNTA DA PESQUISA

O que o campo de conhecimento da Terapia Ocupacional tem produzido sobre o Sistema Prisional? Essas produções sinalizam as contribuições terapêutico-ocupacionais no Sistema Prisional?

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

O objetivo da pesquisa é discorrer sobre quais são os estudos existentes referentes à atuação da Terapia Ocupacional no Sistema Prisional através de revisão de escopo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear quais são os estudos sobre a atuação terapêutica ocupacional no Sistema Prisional.
- Identificar as possibilidades de contribuições da Terapia Ocupacional neste contexto.
- Conhecer os principais desafios da Terapia Ocupacional em relação a atuação neste contexto.

MÉTODOS

O método escolhido para a realização do presente trabalho foi a revisão de escopo, que consistiu na realização de uma síntese das evidências nas revistas e base de dados, e mapeou as produções científicas da Terapia Ocupacional em interface com o Sistema Prisional. É uma metodologia com grande potencial em sistematizar o arcabouço teórico disponível, a partir da seleção dos estudos por meio das etapas (CORDEIRO e SOARES, 2019).

De acordo com os referenciais metodológicos de Arksey e O'Malley (SALVADOR *et al*, 2021), a revisão de escopo estabelece algumas etapas para ser produzida, sendo composta pela identificação da questão da pesquisa, identificação dos estudos relevantes, a seleção dos estudos, a síntese das informações e a análise dos dados obtidos.

A questão da pesquisa está relacionada com a atuação da TO no sistema prisional a partir do que se tem presente na literatura e quais são as possibilidades das contribuições de atuação no sistema prisional para a TO.

O levantamento dos estudos nos periódicos e base de dados foram feitos na Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional; REVISBRATO - Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional; Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, e na base de dados *Scielo*. Tendo os descritores utilizados: (terapia ocupacional AND contexto prisional), (terapia ocupacional AND cárcere) e (*occupational therapy AND prisons*). A revisão foi realizada em período aberto.

A seleção dos artigos se deu pela inclusão de estudos com a temática da Terapia Ocupacional e Contexto Prisional, no idioma português, a partir da leitura do título, resumo e palavras-chave. Foi formulado um fluxograma sobre as buscas dos estudos e o processo de seleção dos artigos.

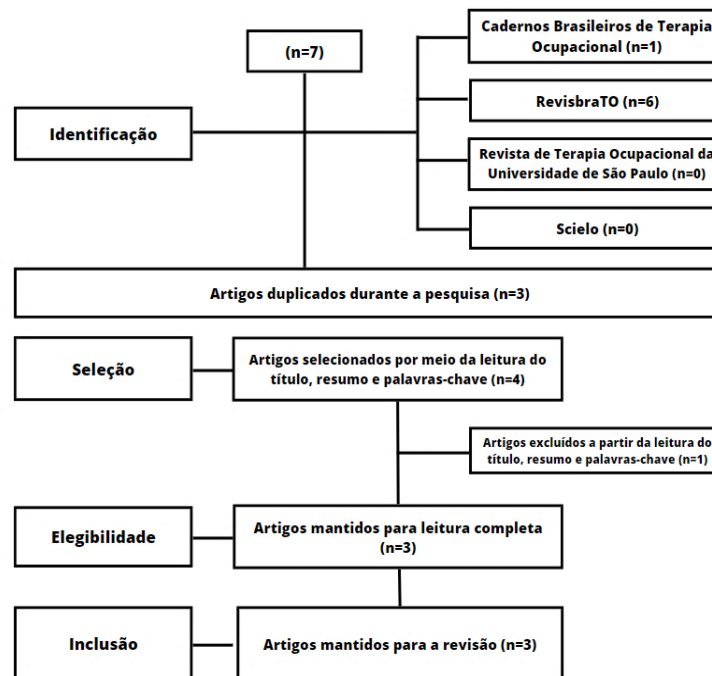
Foi feita uma síntese das informações obtidas por meio da leitura completa dos artigos selecionados com foco nos resultados que estivessem relacionados com os objetivos do trabalho.

A análise dos artigos encaminhou-se a partir do detalhamento de cada artigo, a fim de analisar qual tipo de estudo, o objetivo, os métodos utilizados, descrição das ações e o foco nos resultados com o intuito de sanar as dúvidas da pesquisa.

RESULTADOS

Com a busca realizada nas revistas e base de dados foram obtidos o total de 7 artigos, sendo a maior concentração de evidências científicas na REVISBRATO, segue o fluxograma com o processo de seleção dos artigos encontrados de acordo com as estratégias de busca:

Figura 1 - Fluxograma referente à pesquisa dos artigos.



Fonte: Elaboração própria.

O único artigo encontrado na revista Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional foi descartado pelo fato de não se encaixar na temática, conforme a leitura do título, resumo e palavras-chave. Não foram encontrados nenhum estudo na Revista da USP e na base de dados *Scielo* por meio dos descritores escolhidos.

Os artigos encontrados foram estes postos na tabela abaixo:

Tabela 1 - Lista de artigos encontrados na pesquisa:

Artigos
BEZERRA, Waldez Cavalcante; SANTOS, Clesiane Faustino dos. Tecnologias de intervenção em Terapia Ocupacional Social: reflexões a partir de uma oficina de produção de <i>fanzine</i> no contexto prisional. Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup. Rio de

Janeiro. 2017.

CHAJON, Francis Gabriela do Nascimento; ALONSO, Carolina Maria do Carmo; TAKEITI, Beatriz Akemi. Percepção dos trabalhadores do sistema penitenciário sobre suas atividades relacionadas à inclusão pelo trabalho de apenados em regime aberto. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.** Rio de Janeiro. 2020.

FERNANDES, Paula Cristina de Moura; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. A política de ressocialização: Um estudo sobre os seus limites no sistema prisional de Minas Gerais. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.** 2022.

O artigo “Tecnologias de intervenção em Terapia Ocupacional Social: reflexões a partir de uma oficina de produção de *fanzine* no contexto prisional. ”, foi publicado no ano 2017, na REVISBRATO. O artigo disserta sobre a atuação da Terapia Ocupacional no contexto social e a possibilidade de recursos a serem utilizados na intervenção. A pesquisa foi feita através da intervenção de seis alunos do penúltimo ano do curso de Terapia Ocupacional e o professor responsável pelas práticas da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), tendo a participação de um grupo com oito reeducandos, do sexo masculino, com idades variadas entre 32 e 72 anos, do Núcleo Ressocializador da Capital, em Maceió - AL, que foi inaugurado em 2011. A escolha da intervenção consistiu na realização de Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos, dentro disso a criação de um *fanzine* que atende como recurso de baixo custo e de fácil construção. A produção do *fanzine* expôs diversos contextos da história de cada um ali presente, remetendo a algo que já trabalhou, sentimentos, críticas ao sistema prisional e rede de apoio. Com a finalização do produto, percebeu-se o quanto impactou positivamente os reeducandos, trazendo maior autonomia e uma nova visão para si mesmos, podendo assim desviar o foco da criminalidade, e os próprios internos viram a necessidade de trazer visibilidade extramuros para os produtos confeccionados.

O artigo “Percepção dos trabalhadores do sistema penitenciário sobre suas atividades relacionadas à inclusão pelo trabalho de apenados em regime aberto”, foi publicado no ano de 2020, na REVISBRATO. O estudo foi realizado por meio de entrevistas semiestruturadas e analisadas pelo método de análise de conteúdo, o público entrevistado foi ao todo sete funcionários do sistema prisional do Rio de Janeiro, no qual discutiram sobre o trabalho que eles realizam no processo de ressocialização com os apenados. O artigo traz os relatos dos funcionários sobre a rotina e funcionamento do processo de ressocialização das pessoas

privadas de liberdade, expondo as principais dificuldades que eles têm, com a inexistência de capacitação para trabalhar no contexto prisional, a ausência de suporte após a mudança de pena do sujeito, a falta de vagas para trabalho suficiente para suprir à quantidade de pessoas que necessitam ter uma ocupação e entre outras causas. E mesmo com tantas adversidades, sobrecarga de tarefas e acúmulo de funções, os funcionários conseguem realizar um trabalho satisfatório, orientando e tranquilizando os apenados sobre o processo de reinserção social, dentro da realidade e com os recursos no qual eles possuem.

O artigo “A política de ressocialização: Um estudo sobre os seus limites no sistema prisional de Minas Gerais. ”, foi publicado no ano de 2022. Este artigo faz referência às reflexões das políticas públicas de ressocialização de pessoas privadas de liberdade em Minas Gerais, dissertando sobre as relações e condições de trabalho dos trabalhadores encarcerados e não encarcerados de diferentes instituições prisionais do estado mineiro. A pesquisa foi baseada nos dados quantitativos disponibilizados no site do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) a respeito da estrutura e da força de trabalho do sistema prisional. O estudo traz uma crítica à falta de Terapeutas Ocupacionais no sistema prisional e os poucos profissionais que se encontram neste contexto estão concentrados em hospitais psiquiátricos, traz também uma crítica em como há exploração capitalista em cima do trabalho dos condenados, como se o indivíduo fosse uma mercadoria pertencente ao Estado e um fator que contribui na sobrevivência no cárcere é a rede de apoio familiar, que infelizmente, na maioria das vezes sobrevive com pouca quantidade de capital. Diante de múltiplas perspectivas, o texto oferece indagações de como os profissionais da TO poderiam intervir e aprimorar neste processo de ressocialização.

Os artigos publicados são do ano de 2017, 2020 e 2022. Sendo a REVISBRATO - Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional como único canal de publicações e não apareceram autores repetidos. O local de atuação dos autores variou em três lugares, sendo Alagoas, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Como podem ver na tabela abaixo:

Tabela 2 - Lista com informações dos artigos.

Autor	Universidade	Local	Ano da publicação
Waldez Cavalcante Bezerra e Clesiane Faustino dos Santos	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL	Maceió - AL	2017

Francis Gabriela do Nascimento Chajon, Carolina Maria do Carmo Alonso e Beatriz Akemi Takeiti	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Rio de Janeiro - RJ	2020
Paula Cristina de Moura Fernandes e Deise Luiza da Silva Ferraz	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Belo Horizonte - MG	2022

DISCUSSÃO

A Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO (Histórico do periódico, s. d.) é um periódico criado em 2013, possuindo publicação em portal eletrônico sob domínio da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. A revista teve sua primeira publicação em janeiro de 2017. A sua formação sucedeu em conjunto com a participação de diferentes instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Santa Maria, a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade de Brasília.

A REVISBRATO (Histórico do periódico, s. d.) visa a disseminação de trabalhos científicos da área da Terapia Ocupacional e campos correspondentes. Podendo conter trabalhos em português, inglês e espanhol, e com a presença de pesquisadores, docentes, estudantes de pós-graduação e graduação, profissionais terapeutas ocupacionais, assim como outros profissionais interessados.

Diante da pesquisa feita, a REVISBRATO foi o canal com maior publicação em análise com as outras revistas e base de dados, o que pode demonstrar seu potencial na disseminação do tema apesar de ser uma revista recente, comparado com as fontes Cadernos brasileiros de Terapia Ocupacional (antigo Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar) e Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, que existem desde a década de 1990. Mas ainda assim foi possível ver a escassez dos trabalhos científicos com a temática relacionada ao contexto prisional. As regiões também são dispersas em três estados, abrangendo a região nordeste e sudeste apenas.

As estratégias de intervenção no sistema prisional necessitam de um bom planejamento, pois tem que possuir um raciocínio de quais recursos podem ser utilizados dentro do presídio e que sejam acessíveis para o público presente, que tem como grande parte pessoas em situação de vulnerabilidade social e baixa escolarização. Podemos visualizar isso na prática analisada de Bezerra e Santos (2017), na qual há uma confecção do *fanzine*, contribui para a realização de uma atividade diversificada, proporcionando o contato com a arte, acesso à informação, elementos significativos da vida pessoal, expressão de sentimentos e interação social, e o principal que é a liberdade de confeccionar da forma como quiser, permitindo mais autonomia para a elaboração. Numa situação de intervenção ou apenas o contato diário com os usuários, observou-se que a comunicação assertiva e respeitosa contribui para a criação de vínculo, que

é um fator importante e pode ser satisfatório no processo de ressocialização do indivíduo (CHAJON; ALONSO; TAKEITI, 2020).

Apresentou-se adversidade na questão da limitação de materiais a serem manuseados com os sujeitos encarcerados, o que é de praxe das instituições prisionais e justificada com a manutenção da segurança de todos ali envolvidos (BEZERRA; SANTOS, 2017). No estudo de Chajon, Alonso e Takeiti (2020) mostra que mesmo diante de dificuldades de intervenção terapêutica-ocupacional no contexto prisional são realizadas diversas atividades, orientações e conversas com os usuários, porém são ações que possuem pouca visibilidade e isso impacta na privação do desenvolvimento do sistema prisional. Outro ponto relevante no mesmo estudo e que chamou a atenção foi a questão da formação base e da capacitação continuada dos funcionários do presídio, há uma necessidade, segundo os trabalhadores, de ter uma orientação direcionada acerca de como intervir e lidar com a rotina nas penitenciárias.

Segundo a Lei de Execução Penal (LEP), deve ser garantida uma equipe para o cuidado dos aprisionados e auxílio no processo de ressocialização, e nesse processo a LEP não contempla a obrigatoriedade da integração de terapeutas ocupacionais dentro dessa equipe, sendo possível repensar essa questão, pois a TO que lida mediando entre as ocupações e as normas penais, e também na desinstitucionalização dos apenados (FERNANDES; FERRAZ, 2022). Sendo que essa presença do TO pode contribuir de forma sólida, pois o sistema penitenciário acompanha a maior parte desse processo intramuros até a saída para condicional, a partir desta condição é responsabilidade do próprio sujeito encontrar outro emprego (CHAJON; ALONSO; TAKEITI, 2020), sendo que indivíduo sofreu uma ruptura no seu cotidiano e o mais indicado seria auxílio continuado de uma equipe multiprofissional para que ajude ele a se restabelecer em sociedade.

Diante da resolução nº 406 do COFFITO (2014), os terapeutas ocupacionais têm a garantia de prática no contexto social, como no sistema prisional. Entretanto, a realidade revela poucos profissionais nesse ambiente, o que nos leva a refletir se isto é um reflexo do estigma da sociedade perante a população privada de liberdade, o ambiente hostil e/ou por conta das políticas públicas escassas, evidenciando que tanto para os trabalhadores quanto para a população privada de liberdade não são prioridades para o Estado.

A pesquisa realizada por Fernandes e Ferraz (2022), traz dois gráficos importantes para discussão do presente estudo, um deles exibe a comparação do aumento da quantidade de profissionais trabalhando no contexto prisional e o outro mostra a distribuição de TO no país. A quantidade de terapeutas ocupacionais atuando nos presídios variou de 88 para 135 profissionais entre os anos de 2015 até 2020, sendo que a população prisional, de acordo com

o Sistema de Informações do Sistema Penitenciário -, conta com o total de 832.695 pessoas cumprindo pena (SISDEPEN, 2022), isso evidencia o quanto é necessário a atenção para este contexto e a necessidade de incluir mais profissionais para conseguir fornecer assistência para toda a população privada de liberdade. E o outro gráfico mostra a distribuição dos Terapeutas Ocupacionais no Brasil no ano de 2020 trabalhando no sistema prisional, sendo Minas Gerais o estado com a maior concentração de profissionais e focados em hospitais psiquiátricos.

Apesar da escassez de trabalho mapeados aqui, foi visto que a TO tem muita potencialidade para fornecer assistência durante o período de cárcere e no processo de reinserção social, e ainda assim a quantidade de profissionais é insuficiente para abarcar toda a população presente neste contexto. Não só para os terapeutas ocupacionais, mas outros profissionais relatam a sobrecarga e cobrança no serviço devido à pouca quantidade de funcionários (CHAJON; ALONSO; TAKEITI, 2020).

O texto “Desafios profissionais no campo da saúde no sistema prisional: dilemas na interface entre a saúde e a segurança” também cita a LEP no seu estudo, mostrando que desde a sua criação, o contexto prisional sempre foi associado a necessidade de políticas voltadas para a segurança pública, mesmo havendo na legislação o direito dos cuidados por profissionais de saúde, que inclusive tiveram a estruturação da equipe ampliada ao longo do tempo, ainda assim é um estigma muito forte de pessoas encarceradas não estarem tendo os cuidados voltados em saúde para a melhora do seu desenvolvimento e distanciamento da criminalidade (JESUS; SCARPARO; LERMEN, 2013).

Outro tópico importante, que foi um dos motivos para trazer a discussão dessa temática neste trabalho, é o fato que no período da graduação, os estudantes não são preparados para atuar também neste contexto, são poucas discussões sobre a atuação no sistema prisional, podemos cogitar isso como uma causa para as poucas publicações em periódicos e base de dados, pois é no meio acadêmico que surge esse interesse para pesquisa. Segundo um relato no artigo de Jesus, Scarparo e Lermen (2013), um profissional de saúde entrevistado evidencia que toda a teoria que aprendeu na época da faculdade é totalmente diferente da prática, pois mostra a verdadeira realidade de trabalhar num regime fechado, por mais que possa ter visto alguns casos nas Unidades Básicas de Saúde durante o período de formação.

A revisão integrativa de Rossetto *et al* (2022) conduz a pesquisa sobre o olhar profissional no atendimento em saúde de pessoas privadas de liberdade e abarcou estudos dentro da categoria de estigma, saúde mental e barreiras no atendimento de detentos. Evidenciando a origem das pesquisas com este assunto, ao todo foram 13 artigos que tem publicações advindas de 6 países diferentes, sendo com maior publicação o Estados Unidos,

contendo 5 artigos publicados, e isso contribui para interpretarmos como também há poucos debates no meio acadêmico mundial sobre esse assunto.

Por ser uma temática que ainda há necessidade de discussão em diversos pontos dentro do contexto prisional, alguns tópicos podem se tornar sugestão para futuras pesquisas, como o quais podem ser as possibilidades de melhora no contexto, trazer o relato da prática de profissionais, o mapeamento deles no Brasil, por meio da realização de entrevistas e questionários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi mapear os estudos acerca da atuação da Terapia Ocupacional no Sistema Prisional por meio dos artigos presentes em revistas e periódicos. A revisão de escopo pôde contribuir no processo da pesquisa apresentando a escassez de estudos em relação ao tema, indicando uma limitação de discussão sobre o assunto e relatos a respeito do exercício neste contexto.

É fato que para trabalhar neste ambiente é necessária uma atenção maior quanto aos recursos utilizados e atividades escolhidas, pois envolve uma população com pouca visibilidade social e um local cheio de regras para o cuidado de todos os envolvidos. Mesmo com poucos artigos, foi possível mostrar diferentes perspectivas de quais são as dificuldades e potencialidades de atuação no contexto prisional.

É admirável ver o quanto os profissionais tentam fazer o que podem e dentro da sua conjuntura e com os restritos materiais disponíveis para ajudar na dinâmica do serviço, na sua intervenção e no processo de reinserção social dos aprisionados.

Entretanto, é no meio acadêmico que podemos trazer ainda mais discussões referentes a questões do contexto social e propor estratégias para mudar esta realidade no sistema penitenciário brasileiro, então se torna necessário mais pesquisas e debates para possibilitar uma transformação na realidade das pessoas privadas de liberdade para que haja uma inserção social eficaz e melhor estruturação para aqueles que trabalham também.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Waldez Cavalcante; SANTOS, Clesiane Faustino dos. Tecnologias de intervenção em Terapia Ocupacional Social: reflexões a partir de uma oficina de produção de *fanzine* no contexto prisional. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.** Rio de Janeiro. 2017.

CANEDO, Gabryella Vital. **A Privatização do Sistema Penitenciário Brasileiro.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Direito e Relações Internacionais - Universidade Católica de Goiás. Goiânia. 2022. Acesso em 06 de fevereiro de 2023.

CHAJON, Francis Gabriela do Nascimento; ALONSO, Carolina Maria do Carmo; TAKEITI, Beatriz Akemi. Percepção dos trabalhadores do sistema penitenciário sobre suas atividades relacionadas à inclusão pelo trabalho de apenados em regime aberto. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.** Rio de Janeiro. 2020.

CORDEIRO, Luciana; SOARES, Cassia Baldini. Revisão de escopo: potencialidades para a síntese de metodologias utilizadas em pesquisa primária qualitativa. **Biblioteca Virtual em Saúde - BVS. BIS - Boletim do Instituto de Saúde**, vol. 20, no 2, 2019, p. 37–43.

Dados estatísticos do sistema penitenciário. **SISDEPEN.** Secretaria Nacional de Políticas Penais. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

FERNANDES, Paula Cristina de Moura; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. A política de ressocialização: Um estudo sobre os seus limites no sistema prisional de Minas Gerais. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.** 2022.

Histórico. **Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário – GMF.** Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PJERJ. Sem data. Disponível em:<<http://gmf.tjrj.jus.br/historico#:~:text=O%20in%C3%ADcio%20do%20sistema%20penitenci%C3%A1rio,6%20de%20julho%20de%201850.>>. Acesso em: 13 de outubro de 2022.

Histórico do periódico. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO.** Sem data. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/about/history>>. Acesso em: 13 de junho de 2023.

JESUS, Luciana Oliveira de; SCARPARO, Helena Beatriz K.; LERMEN, Helena Salgueiro. Desafios profissionais no campo da saúde no sistema prisional: dilemas na interface entre a saúde e a segurança. **Periódicos Eletrônicos em Psicologia - PEPISC. Aletheia**, Canoas, n. 41, p. 39-52, ago. 2013. Acesso em: 16 de junho de 2023.

MACHADO, Ana. Elise Bernal; SOUZA, Ana Paula dos Reis; SOUZA, Mariani Cristina de. Sistema Penitenciário Brasileiro - Origem, atualidade e exemplos funcionais. **Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito.** Universidade Metodista de São Paulo. v. 10, n. 10, 2013.

MAGALHÃES, Maria Valéria de Oliveira Correia; SANTOS, Stefany Maria Guimarães Cardoso. **O Sistema Prisional Na Teoria De Foucault: Uma Análise Do Documentário**

“**Sem Pena**”. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade Pernambucana de Saúde. Pernambuco. 2021. Acesso em: 13 de outubro de 2022.

MAURÍCIO, Célia Regina Nilander. **A privatização do Sistema Prisional**. 2011. Dissertação. Mestrado em Direito Penal. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. São Paulo.

Resolução N°. 406/2011 – Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional nos Contextos Sociais e dá outras providências. **COFFITO – Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**. 16 de maio de 2014. Disponível em:
<[RODRIGUES, Rahiza Bueno. A Terapia Ocupacional no Sistema Prisional. **Ministério da Defesa. Saúde Naval. Marinha do Brasil**. Sem data. Disponível em:
<<https://www.marinha.mil.br/saudenaval/terapia-ocupacional-no-sistema-prisional>>. Acesso em: 23 de junho de 2023.](https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3169#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%B0.,Sociais%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=NOVEMBRO%20DE%202011-,%20Disciplina%20a%20Especialidade%20Profissional%20Terapia%20Ocupacional,Sociais%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.> . Acesso em 13 de outubro de 2022.</p></div><div data-bbox=)

ROSSETTO, Maíra; ALVES, Cintia Goulart Ribeiro; DRECHSLER, Gabriéli; KUERTEN, Laryssa Faccin; SOUZA, Kuerten Renan Mendonça de; BATISTA, Joanna d’Arc Lyra. “Olhar profissional no atendimento em saúde às pessoas privadas de liberdade: revisão integrativa”. **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 20, 2022. *Scielo*.

SALVADOR, Pétala Tuani Candido de Oliveira; ALVES, Kisna Yasmin Andrade; COSTA, Theo Duarte da; LOPES, Rayssa Horacio; OLIVERIA, Lannuzya Veríssimo e; RODRIGUES, Cláudia Cristiane Filgueira Martins. Contribuições da scoping review na produção da área da saúde: reflexões e perspectivas. **REDCPS - Rev. Enferm. Digit. Cuid. Promoção Saúde**. 2021.